

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária
Departamento de Economia

RODRIGO PRADO ZUCCOLO RODRIGUES FERNANDES

**CRISES CAPITALISTAS DE LONGA DURAÇÃO: COMPARAÇÃO ENTRE OS
ANOS 30 E 2007/2008**

São Paulo – SP
2024

RODRIGO PRADO ZUCCOLO RODRIGUES FERNANDES

**CRISES CAPITALISTAS DE LONGA DURAÇÃO: COMPARAÇÃO ENTRE OS
ANOS 30 E 2007/2008**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como um pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Antonio Carlos de Moraes.

São Paulo - SP

2024

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Nomes legíveis dos examinadores (orientador e demais membros da banca)

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento, bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar o nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica

RESUMO:

As crises capitalistas de longa duração representam períodos críticos de instabilidade econômica, durante os quais ocorrem recessões profundas e prolongadas, desemprego elevado e desequilíbrios financeiros. Duas das crises mais emblemáticas na história recente são a Grande Depressão dos anos 1929 e a crise financeira global de 2007/2008. Ambas tiveram impactos significativos na economia mundial e deixaram marcas duradouras nos sistemas financeiros, políticas econômicas e bem-estar social. Apesar das semelhanças observadas entre esses eventos, existem também diferenças importantes quanto às suas origens, dinâmicas e consequências. Tendo em vista este cenário, esta pesquisa tem como objetivo geral discutir sobre os efeitos das crises capitalistas de longa duração a partir de uma perspectiva histórica que permite um entendimento mais completo das complexidades envolvidas no tema. A metodologia adotada para a realização do estudo é a revisão de literatura narrativa, do tipo descritiva, com exceção do capítulo dois, onde será feita uma revisão sistemática sobre pontos de convergência e divergência entre ambas as crises. Os resultados indicam que as crises dos anos 30 e 2007/2008 compartilham características comuns, como o papel central das instituições financeiras, a ampliação das desigualdades socioeconômicas e a necessidade de intervenção governamental para estabilizar os mercados. No entanto, também foram identificadas diferenças marcantes, como as causas e mecanismos de propagação das crises e as respostas políticas adotadas em cada período. Enquanto a crise de 1929 foi desencadeada pelo colapso do mercado de ações e a subsequente contração do crédito, a crise de 2007/2008 teve origem na bolha imobiliária e no colapso do mercado de hipotecas subprime. As políticas de resgate bancário e a coordenação internacional de esforços para combater a crise também evoluíram significativamente entre os dois eventos. O estudo em questão permitiu uma compreensão mais aprofundada sobre as crises capitalistas de longa duração, com destaque para a Grande Depressão dos anos 1929 e a crise financeira global de 2007/2008. Ao analisar e comparar as características dessas duas crises, foi possível compreender as semelhanças e diferenças, bem como os fatores que contribuíram para a ocorrência de cada uma delas. Isso possibilita uma melhor compreensão das complexidades e das dinâmicas envolvidas em tais eventos econômicos, permitindo a elaboração de políticas públicas mais eficientes e abrangentes. Por fim, o estudo evidencia a importância de uma análise histórica para entender os desafios enfrentados pelas economias capitalistas e a necessidade de se buscar soluções inovadoras e sustentáveis para enfrentar crises futuras.

Palavras-chave: Crises capitalistas. Grande Depressão. Crise financeira global.

ABSTRACT:

Long-lasting capitalist crises represent critical periods of economic instability, during which deep and prolonged recessions, elevated unemployment, and financial imbalances occur. Two of the most emblematic crises in recent history are the Great Depression of the 1929s and the global financial crisis of 2007/2008. Both had significant impacts on the world economy and left lasting marks on financial systems, economic policies, and social welfare. Despite the observed similarities between these events, there are also important differences in their origins, dynamics, and consequences. In view of this scenario, this research aims to discuss the effects of long-lasting capitalist crises from a historical perspective that allows for a more complete understanding of the complexities involved in the subject. The methodology adopted for conducting the study is a narrative literature review, of a descriptive type, with the exception of chapter two, where a systematic review on convergence and divergence points between both crises will be performed. The results indicate that the crises of the 1929s and 2007/2008 share common features, such as the central role of financial institutions, the widening of socioeconomic inequalities, and the need for government intervention to stabilize markets. However, striking differences were also identified, such as the causes and propagation mechanisms of the crises and the political responses adopted in each period. While the 1929 crisis was triggered by the collapse of the stock market and the subsequent contraction of credit, the 2007/2008 crisis originated in the housing bubble and the collapse of the subprime mortgage market. Bank bailout policies and the international coordination of efforts to combat the crisis also evolved significantly between the two events. The study in question allowed for a deeper understanding of long-lasting capitalist crises, with emphasis on the Great Depression of the 1929s and the global financial crisis of 2007/2008. By analyzing and comparing the characteristics of these two crises, it was possible to understand the similarities and differences, as well as the factors that contributed to the occurrence of each of them. This enables a better understanding of the complexities and dynamics involved in such economic events, allowing for the development of more efficient and comprehensive public policies. Finally, the study highlights the importance of historical analysis in understanding the challenges faced by capitalist economies and the need to seek innovative and sustainable solutions to face future crises.

Keywords: *Capitalist crises. Great Depression. Global financial crisis.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - CARACTERÍSTICAS DA CRISE CAPITALISTA EM GERAL E DAS DE 1929 E 2007/2008	9
1.1. CARACTERÍSTICAS DA CRISE CAPITALISTA SEGUNDO MARX E KEYNES	10
1.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA CRISE DE 1929	11
1.3. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA CRISE DE 2007/2008	13
CAPÍTULO 2 – CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA SOBRE CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS CRISES CAPITALISTAS DE 1929 E DE 2007/2008 .	16
2.1. METODOLOGIA DA REVISÃO SISTEMÁTICA PARA A SELEÇÃO DOS MATERIAIS CIENTÍFICOS.....	17
2.2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS 18 MATERIAIS INCLUÍDOS	22
2.3. CAUSAS, NATUREZA E IMPACTO DAS CRISES DE 1929 E DE 2007/2008...	30
2.4. REPERCUSSÕES NO MERCADO DE TRABALHO E NAS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E ABORDAGENS TEÓRICAS E HISTÓRICAS DAS CRISES	32
2.5. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS DE RESGATE BANCÁRIO	35
CAPÍTULO 3 - PRINCIPAIS ASPECTOS SEMELHANTES ENTRE AS CRISES DE 1929 E DE 2007/2008	37
3.1. FORMAS DE COMO COMBATER MOMENTOS DE INSTABILIDADE ECONÔMICA TOMANDO COMO EXEMPLO AS CRISES DE 1929 E 2007/2008...	38
3.2. AS CONSEQUÊNCIAS DAS DUAS GRANDES CRISES CAPITALISTAS EM SEUS RESPECTIVOS PERÍODOS (1929 E 2007/2008).....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

As crises capitalistas de longa duração são fenômenos complexos e multifacetados que abalam a economia global e provocam mudanças significativas nas dinâmicas socioeconômicas. Quando se discute sobre o tema, há que se partir das duas das crises mais notáveis: a Grande Depressão dos anos 30 e a crise financeira de 2007/2008. Ambas marcaram épocas distintas, mas compartilham características e lições que ainda ecoam nos debates contemporâneos sobre a estabilidade do capitalismo. A Grande Depressão, iniciada em 1929 após a quebra da bolsa de valores de Nova York, teve repercussões globais e durou aproximadamente uma década.

A crise gerou desemprego em massa, falências, redução do comércio internacional e uma crise deflacionária. As políticas econômicas adotadas, em grande parte baseadas na austeridade e no protecionismo, agravaram a situação. Apenas com a implementação do *New Deal* nos Estados Unidos e a reestruturação do Estado de bem-estar social na Europa, a economia mundial começou a se recuperar, pavimentando o caminho para o crescimento do pós-guerra. Em contraste, a crise financeira de 2007/2008 teve origem na bolha imobiliária dos Estados Unidos e na disseminação de produtos financeiros tóxicos no sistema bancário global.

A crise evoluiu para uma recessão mundial profunda, com alta taxa de desemprego, austeridade fiscal e resgates bancários em larga escala. Apesar das diferenças contextuais, a crise de 2007/2008 compartilha similaridades com a Grande Depressão, como a desregulamentação financeira e a falha na coordenação de políticas macroeconômicas. Assim, o estudo comparativo dessas crises capitalistas de longa duração possibilita uma análise mais aprofundada das causas, consequências e soluções adotadas em cada período.

Ao examinar os erros e acertos das políticas implementadas, podemos extrair lições valiosas para prevenir futuras crises e promover um capitalismo mais resiliente e sustentável. Além disso, a comparação entre as crises dos anos 30 e 2007/2008 revela os desafios inerentes ao sistema capitalista, como a tendência à desigualdade, as falhas de governança e a instabilidade financeira. Ao confrontar esses desafios, é possível propor reformas e ajustes necessários para garantir o desenvolvimento econômico e a justiça social no contexto global. Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo geral discutir sobre os efeitos das crises capitalistas de longa duração

a partir de uma perspectiva histórica que permite um entendimento mais completo das complexidades envolvidas no tema. Assim, por meio da análise comparativa, busca-se esclarecer e aprimorar a compreensão das dinâmicas do capitalismo, contribuindo para o debate sobre as perspectivas e desafios do sistema econômico vigente.

Para o alcance do objetivo proposto, esta pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo será apresentada uma análise detalhada de cada crise, abordando suas origens, desdobramentos e peculiaridades. No segundo capítulo será feita uma análise comparada com o objetivo de identificar convergências e divergências entre os dois momentos históricos. Por fim, no terceiro capítulo, discute-se sobre os aspectos semelhantes que aproximam as duas crises, uma vez que há dinâmicas semelhantes que geraram efeitos parecidos.

CAPÍTULO 1 - CARACTERÍSTICAS DA CRISE CAPITALISTA EM GERAL E DAS DE 1929 E 2007/2008

As crises capitalistas são fenômenos recorrentes ao longo da história econômica mundial e causam impactos significativos na economia e na sociedade. No decorrer deste capítulo, serão abordadas as características das crises capitalistas em geral, bem como as especificidades das crises de 1929 e 2007/2008. Ao investigar os aspectos fundamentais dessas crises, é possível compreender melhor as dinâmicas subjacentes e os fatores que levaram à sua eclosão, assim como as lições que podem ser extraídas para enfrentar desafios futuros.

Para analisar as características das crises capitalistas, é necessário examinar as contribuições teóricas de dois importantes pensadores: Karl Marx e John Maynard Keynes. Ambos propuseram explicações para as crises e as instabilidades inerentes ao capitalismo, enfatizando aspectos distintos do sistema econômico. Marx focou nas contradições do modo de produção capitalista e na acumulação de capital, enquanto Keynes se concentrou na demanda agregada e no papel do governo na estabilização da economia.

Em seguida, discute-se sobre as principais características da crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, que foi a maior e mais duradoura crise econômica do século XX. A crise de 1929 teve origem nos Estados Unidos, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, e rapidamente se espalhou pelo mundo. A crise foi marcada pela contração econômica generalizada, desemprego em massa, falência de bancos e empresas, bem como pela deterioração das condições sociais e políticas.

Por fim, será examinada a crise de 2007/2008, que foi desencadeada pelo colapso do mercado imobiliário dos Estados Unidos e pela falência de instituições financeiras importantes. A crise de 2007/2008 revelou fragilidades no sistema financeiro global e levou a uma profunda recessão econômica em diversos países. Essa crise também suscitou questionamentos sobre a eficácia das políticas de desregulamentação financeira e o papel das instituições financeiras na criação de riscos sistêmicos.

Através do estudo detalhado dessas crises e suas características específicas, pode-se identificar padrões e tendências comuns, bem como compreender melhor as forças e vulnerabilidades que conduzem a tais eventos. Isso nos permitirá refletir sobre

os desafios e as oportunidades que surgem em momentos de crise e sobre as políticas e estratégias que podem ser implementadas para enfrentá-los de maneira eficaz e justa. O conhecimento adquirido a partir dessas análises permitirá compreender a natureza das crises capitalistas e a desenvolver respostas mais adequadas e sustentáveis para os desafios econômicos do futuro.

1.1. CARACTERÍSTICAS DA CRISE CAPITALISTA SEGUNDO MARX E KEYNES

Karl Marx e John Maynard Keynes são dois dos mais influentes pensadores econômicos da história, e suas ideias continuam a ser discutidas e aplicadas nos debates sobre as crises capitalistas (RIBEIRO; DINIZ, 2017). Ambos contribuíram significativamente para a compreensão das causas e características das crises, embora suas abordagens e teorias tenham diferenças fundamentais (SABADINI, 2013).

Marx via o capitalismo como um sistema intrinsecamente instável e propenso a crises devido às suas contradições internas. Para ele, a raiz das crises capitalistas estava na luta de classes e na exploração do trabalho pelo capital (SEGRETO et al., 2013). A acumulação de capital pelos capitalistas, segundo Marx, resultava na crescente concentração de riqueza e na alienação do trabalhador. A tendência decrescente da taxa de lucro era outro fator crucial na teoria marxista, que explicava a instabilidade do sistema capitalista (OLEG, 2021).

À medida que os capitalistas investiam em tecnologia e aumentavam a produtividade, a taxa de lucro tendia a cair, levando a um desequilíbrio entre a oferta e a demanda no mercado e à subsequente crise. Assim, Marx também abordou sobre o papel do crédito e do sistema financeiro na criação de crises (MICHIE, 2022). Para ele, o crédito funcionava como uma válvula de escape temporária, permitindo que o capitalismo continuasse a funcionar mesmo diante de contradições fundamentais. No entanto, ao longo do tempo, o endividamento excessivo e a especulação financeira acabariam por agravar as crises, tornando-as mais profundas e duradouras (ÁVILA, 2016).

Por outro lado, Keynes, um dos fundadores da macroeconomia moderna, enfocou o papel da demanda agregada e do investimento como determinantes do nível de emprego e da produção econômica (CHWIEROTH; WALTER, 2020). Ele argumentava que o capitalismo era instável devido à volatilidade da demanda

agregada e à propensão a oscilações nos investimentos. Para Keynes, a insuficiência de demanda agregada resultaria em desemprego e recessão, enquanto a superabundância de demanda agregada levaria à inflação e ao superaquecimento econômico (CASTILHO, 2021).

Na teoria keynesiana, o governo tem um papel crucial na estabilização da economia. Por meio de políticas fiscais e monetárias, o governo pode intervir para corrigir os desequilíbrios na demanda agregada e evitar que a economia entre em recessão ou experimente inflação excessiva (SICSU, 2019). Nessa perspectiva, a regulação do sistema financeiro também é uma preocupação importante na abordagem keynesiana, já que a especulação financeira e o endividamento excessivo podem levar a crises e instabilidade econômica (GRESPLAN, 2020).

Embora Marx e Keynes tenham abordado as crises capitalistas a partir de perspectivas diferentes, suas ideias compartilham alguns elementos comuns, como a importância do investimento e a instabilidade inerente do capitalismo. Ambos também reconheceram o papel do sistema financeiro e do crédito na criação e agravamento das crises (CUADRADO-ROURA; MARTIN, RODRÍGUEZ-POSE, 2016). Por tais motivos, as teorias de Marx e Keynes continuam a ser relevantes e oferecem insights valiosos para a compreensão das crises capitalistas e para a formulação de políticas econômicas que possam mitigar seus efeitos negativos (GODZIENSKI, 2017).

Portanto, ao explorar as características das crises de 1929 e 2007/2008, é crucial levar em consideração as contribuições teóricas de Marx e Keynes e aplicá-las apropriadamente. Ao fazer isso, pode-se obter uma compreensão mais profunda das dinâmicas que levaram a essas crises, bem como identificar lições importantes para prevenir futuras crises e proteger a economia e o bem-estar das pessoas afetadas. Assim, a análise das crises, levando em conta as teorias de Marx e Keynes, pode ajudar a identificar os desafios e as oportunidades apresentados pelas crises e a desenvolver soluções eficazes e equitativas para enfrentá-los.

1.2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA CRISE DE 1929

A crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, foi um período de profunda recessão econômica que afetou o mundo inteiro. Iniciada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, essa crise teve impactos duradouros nas economias, políticas e sociedades de vários países. Dessa maneira, serão

apresentadas, neste capítulo, as principais características dessa crise econômica devastadora.

A queda acentuada no mercado de ações foi um dos principais desencadeadores da Grande Depressão. Em 24 de outubro de 1929, ocorreu o chamado "Crash da Bolsa", com ações despencando em um ritmo nunca visto antes (JOHNSTONE; SARIDAKIS; WILKINSON, 2019). Essa queda abrupta destruiu a riqueza de muitos investidores e levou a uma perda generalizada de confiança no sistema financeiro (MICHIE, 2022).

Um dos fatores que contribuíram para a crise foi o excesso de especulação financeira na década de 1920, quando muitos investidores compraram ações com dinheiro emprestado, esperando que os preços continuassem a subir indefinidamente (GODZIENSKI, 2017). Quando o mercado começou a cair, os investidores tiveram que vender suas ações para pagar dívidas, causando uma espiral descendente nos preços das ações e levando muitos bancos à falência (OLEG, 2021).

Outra característica marcante da crise de 1929 foi o colapso do comércio internacional. A implementação de medidas protecionistas, como a Tarifa Smoot-Hawley nos Estados Unidos, prejudicou o comércio global, aprofundando a recessão (BARROSO; SOUZA, 2013). Como os países tentavam proteger suas próprias indústrias e empregos, aumentando tarifas e quotas de importação, o comércio mundial diminuiu drasticamente, afetando negativamente as economias de todos os países envolvidos (ÁVILA, 2016).

Nesse contexto, observa-se que o desemprego foi um dos principais efeitos da Grande Depressão. Com a queda da produção industrial e o fechamento de empresas, milhões de pessoas perderam seus empregos (CASTELLI, 2017). Nos Estados Unidos, por exemplo, a taxa de desemprego atingiu quase 25% em 1933. A perda de empregos e renda levou a uma queda no consumo, agravando ainda mais a crise (GRESPLAN, 2020).

A crise de 1929 também teve consequências políticas importantes, especialmente na Europa. A instabilidade econômica e o descontentamento social abriram espaço para a ascensão de movimentos autoritários e totalitários, como o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália (SABADINI, 2013). Esses movimentos exploraram a insatisfação popular e a busca por soluções rápidas e eficientes para a

crise, eventualmente levando ao início da Segunda Guerra Mundial (RIBEIRO; DINIZ, 2017).

Em resposta à Grande Depressão, muitos governos adotaram políticas econômicas intervencionistas, como o New Deal nos Estados Unidos, liderado pelo presidente Franklin D. Roosevelt. Essas políticas visavam estimular a economia, criar empregos e fornecer alívio para os cidadãos afetados pela crise (SEGRETO et al., 2013). Assim, a crise de 1929 serviu como um divisor de águas na história do capitalismo, levando a uma maior intervenção governamental na economia e mudando as percepções sobre o papel do Estado na promoção do bem-estar social e na regulação dos mercados (BRESCIANI et al., 2016).

Além disso, a crise de 1929 trouxe consigo uma mudança significativa no pensamento econômico. A teoria econômica dominante da época, o liberalismo clássico, foi desafiada pelas ideias de John Maynard Keynes, que defendia uma maior intervenção governamental para estabilizar a economia e promover o pleno emprego (MICHIE, 2022). As políticas keynesianas de gastos públicos e investimentos em infraestrutura foram amplamente adotadas pelos governos em resposta à crise, ajudando a moldar o desenvolvimento econômico no período pós-Segunda Guerra Mundial (CASTELLI, 2017).

Em suma, a crise de 1929 foi um evento sem precedentes que abalou a economia global e teve profundas consequências para as sociedades, políticas e ideias econômicas da época. A queda do mercado de ações, o colapso do comércio internacional, o desemprego em massa e as respostas políticas e econômicas foram aspectos centrais dessa crise. O legado da Grande Depressão ainda pode ser sentido hoje, com a maior intervenção governamental na economia e a contínua busca por uma melhor compreensão dos mecanismos que levam às crises econômicas e das políticas necessárias para preveni-las e superá-las.

1.3. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA CRISE DE 2007/2008

A crise financeira de 2007/2008, também conhecida como a Grande Recessão, foi um dos eventos econômicos mais impactantes desde a Grande Depressão de 1929. Originada nos Estados Unidos, essa crise teve repercussões em todo o mundo e provocou uma profunda reavaliação das práticas financeiras e regulatórias (CHELWA; HAMILTON; GREEN, 2023). Um dos principais catalisadores da crise foi o

colapso do mercado imobiliário americano. A expansão desenfreada do crédito e a proliferação de empréstimos subprime, ou seja, concedidos a tomadores de crédito com histórico de inadimplência, contribuíram para a formação de uma bolha no mercado imobiliário (SABADINI, 2013).

Quando os preços dos imóveis começaram a cair e os tomadores de crédito não conseguiram mais arcar com os pagamentos, muitos bancos e instituições financeiras ficaram expostos a grandes perdas (CHWIEROTH; WALTER, 2020). Outro aspecto importante da crise foi a complexidade e a opacidade dos instrumentos financeiros envolvidos. A securitização de hipotecas e a criação de produtos derivativos, como os títulos de dívida colateralizados (CDOs), permitiram que o risco desses empréstimos fosse redistribuído e amplamente disseminado pelo sistema financeiro global (GODZIENSKI, 2017).

No entanto, muitos desses produtos eram de difícil compreensão e mal avaliados em termos de risco, o que levou a uma subestimação das possíveis perdas. A crise se agravou com a falência do banco de investimentos Lehman Brothers em setembro de 2008, um evento que marcou o início de uma retração do crédito e um congelamento dos mercados financeiros em todo o mundo (BRESCIANI et al., 2016). Isso desencadeou uma série de resgates e intervenções governamentais para estabilizar os mercados e evitar um colapso sistêmico. A crise de 2007/2008 também levou a uma reavaliação das teorias e políticas econômicas (SEGRETO et al., 2013).

O paradigma neoliberal, que promovia a desregulamentação financeira e o livre mercado como motor do crescimento, foi amplamente questionado. A necessidade de uma maior regulação financeira e de políticas macroprudenciais para prevenir futuras crises tornou-se evidente. As consequências sociais da crise também foram significativas (JOHNSTONE; SARIDAKIS; WILKINSON, 2019). O desemprego aumentou drasticamente em muitos países, a desigualdade de renda se agravou e os governos implementaram políticas de austeridade para lidar com os crescentes déficits públicos. Essas medidas geraram tensões sociais e políticas, bem como um crescente descontentamento com o sistema econômico (CASTELLI, 2017).

Em suma, a crise financeira de 2007/2008 foi um evento marcante que expôs as fragilidades do sistema financeiro global e levou a uma reavaliação das práticas, teorias e políticas econômicas. A bolha imobiliária, a complexidade dos instrumentos financeiros, a falência do Lehman Brothers e as respostas governamentais foram

aspectos fundamentais dessa crise. As lições aprendidas com a Grande Recessão continuam a moldar o debate econômico e as políticas adotadas para prevenir crises futuras.

CAPÍTULO 2 – CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA SOBRE CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS CRISES CAPITALISTAS DE 1929 E DE 2007/2008

Tendo em vista os conceitos teóricos apresentados ao longo do capítulo 1, neste capítulo, apresenta-se as principais contribuições da literatura científica quanto à temática por meio de uma revisão sistematizada, que será realizada de maneira conjunta com o levantamento bibliográfico e com o referencial teórico-metodológico para que seja possível compreender quais são os principais pontos de convergência e divergência entre as crises capitalistas estudadas, sendo elas as de 1929 e de 2007/2008. Partindo-se desse cenário, o capítulo será organizado a partir de cinco seções, de modo a identificar essas semelhanças e diferenças entre as duas crises.

A primeira sessão apresenta a metodologia utilizada para a elaboração de uma revisão sistematizada da literatura para que identifique os principais pontos de convergência e divergência entre as crises de 1929 e de 2007/2008. Nesta revisão, explora-se as causas e natureza das crises; analisa-se o impacto das crises no desenvolvimento econômico e na ordem global; discute-se sobre as repercussões no mercado de trabalho e nas políticas de austeridade; identifica-se as abordagens teóricas e históricas das crises; e reflete-se sobre o impacto das instituições financeiras e políticas de resgate bancário.

A segunda sessão elenca os principais argumentos, considerando as cinco categorias temáticas delimitadas, no que tange à problemática central do capítulo, que é a análise dos principais pontos de convergência e divergência das crises de 1929 e 2007/2008. Parte-se dos principais resultados reunidos pelos 18 materiais científicos incluídos na revisão sistemática, que serão apresentados no Quadro-síntese. De antemão, aponta-se que será apresentado um panorama nacional e internacional sobre o tema pela escassez de materiais científicos em língua portuguesa, sobretudo artigos, sobre o tema.

A terceira, a quarta e a quinta seções expandem esses resultados reunidos no Quadro-Síntese. A terceira sessão apresenta as causas e a natureza dessas crises. Compara as origens e os mecanismos subjacentes às crises de 1929 e 2007/2008, abordando questões como desregulamentação financeira, financeirização e a relação entre o Estado e o mercado. Também analisa o impacto dessas crises no desenvolvimento econômico e na ordem global. Por fim, verifica como as crises afetaram o crescimento econômico, o comércio internacional e a distribuição de poder

no sistema global, incluindo a ascensão da China e as mudanças na hegemonia do dólar norte-americano.

A quarta sessão, por conseguinte, apresenta as principais repercussões no mercado de trabalho e nas políticas de austeridade, bem como as abordagens teóricas e históricas das crises. Assim, investiga as consequências das crises nos mercados de trabalho, tanto no centro quanto na periferia, e analisa como as políticas de austeridade afetaram os trabalhadores e as economias nacionais. Na sequência, explora as interpretações teóricas e históricas das crises de 1929 e 2007/2008, examinando como pensadores como Hobsbawm, Judt e outros contribuíram para a compreensão das crises e suas implicações.

Por fim, na quinta sessão da revisão sistemática, discute-se sobre o papel das instituições financeiras e políticas de resgate bancário. O foco é na exploração do papel das instituições financeiras e das políticas de resgate bancário adotadas durante as crises, analisando as implicações para a governança econômica e a estabilidade financeira, bem como a distribuição de recursos entre diferentes grupos sociais. Salienta-se que em cada uma dessas seções a argumentação foi construída de acordo com a contribuição dos 18 autores tendo em vista cada uma das cinco temáticas.

2.1. METODOLOGIA DA REVISÃO SISTEMÁTICA PARA A SELEÇÃO DOS MATERIAIS CIENTÍFICOS

No processo de aprofundamento nas etapas da metodologia e na tentativa de entender melhor o tema das convergências e divergências entre as crises de 1929 e 2007/2008, foi feita a pesquisa de materiais científicos (como dito, não foi possível considerar apenas artigos pela quantidade escassa de materiais nacionais) usando palavras-chave relacionadas. O objetivo era analisar a quantidade de produções científicas internacionais e nacionais sobre o tema, visto que a quantidade de materiais nacionais foi insuficiente. Assim, partiu-se da seguinte pergunta norteadora: o que a literatura nacional e internacional têm discutido a respeito das convergências e divergências entre as crises capitalistas de 1929 e 2007/2008?

A base de dados escolhida, considerando o objetivo, a pergunta de pesquisa e o tema, foi o Google Acadêmico, uma biblioteca digital de acesso livre e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos. Portanto, neste primeiro momento, a busca foi realizada por meio de palavras-chave relacionadas ao tema tratado,

buscando resultados já validados em publicações para estudo e revisão bibliográfica. Novamente, há que se salientar que outros tipos de materiais que não fossem artigos científicos precisaram ser considerados devido à escassez de artigos nacionais sobre o tema.

Nesse sentido, as buscas com os descritores isolados mencionados trouxeram alguns resultados. Com a palavra-chave “crise de 1929”, obteve-se 17.900 materiais; com “crise de 2007/2008”, 13.000; com “comparação entre crises capitalistas”, 27.175; com “convergências e divergências entre crises”, 566; com “impacto das crises no capitalismo”, 3.380; e com “políticas econômicas e crises”, 15.300.

Como os descritores delimitados eram muito gerais, acabaram apresentando resultados que não necessariamente eram coerentes com o objetivo do estudo, o que favoreceu o aparecimento de materiais com assuntos abrangentes demais. Dessa maneira, foi feito um outro tipo de busca, agora fazendo o uso do booleano AND. Agregou-se, assim, duas palavras-chaves.

Com “crise AND grande depressão”, obteve-se 400 materiais; “crise AND financeira global”, 230 materiais; “crise AND sistema financeiro”, 280 materiais; “crise AND política econômica”, 320 materiais; “crise AND regulamentação financeira”, 70 materiais; “crise AND impacto econômico”, 45 materiais; e, por fim, “crise AND desemprego”, 100 materiais.

Os resultados com a inserção de dois descritores e com a utilização do booleano AND ajudou a restringir as publicações quanto ao tema. Todavia, realizou-se uma última busca com três descritores, acionando-se o booleano AND entre eles. Com “crise AND financeira global AND grande depressão”, obteve-se 12 resultados; com “crise AND sistema financeiro AND política econômica”, obteve-se 27 resultados; com “crise AND política econômica AND regulamentação financeira”, obteve-se 9 resultados”; e, por fim, com “crise AND impacto econômico AND desemprego, obteve-se 4 resultados”.

Partindo-se desses resultados, selecionou-se aquelas buscas com resultados mais equilibrados, dessa maneira, as palavras chaves com dois termos e o booleano AND foram as consideradas por fornecerem resultados mais promissores. Nesse sentido, as palavras-chave da qual os resultados da busca foram extraídos são os seguintes: “crise AND grande depressão”; “crise AND financeira global”; “crise AND

sistema financeiro”; “crise AND política econômica”; “crise AND regulamentação financeira”; “crise AND impacto econômico”; e “crise AND desemprego”.

À medida em que a dinâmica da plataforma foi compreendida, passou-se para a próxima fase, em que se delimitou critérios de exclusão para reduzir a quantidade de materiais, tendo como base a pergunta norteadora estabelecida, que foi analisar o que a literatura nacional e internacional têm discutido a respeito das convergências e divergências entre as crises capitalistas de 1929 e 2007/2008. Para reduzir a amostra, os critérios admitidos foram: materiais duplicados, tipo, título, resumo, disponibilidade e coerência com o objetivo desta pesquisa.

Mediante aos critérios de exclusão, chegou-se a um total de 3.890 materiais, o que configurou uma amostra demasiadamente grande. Assim, realizou-se a sistematização em uma planilha do Excel, onde foram retiradas as publicações duplicadas para que não fossem consideradas nas etapas seguintes. Assim, com a realização dessa primeira etapa de filtragem, foram excluídos cerca de 2.445 materiais por serem repetidos ou por estarem dentro dos demais critérios de exclusão. Dessa maneira, reduziu-se a quantidade da amostra para 1.445 materiais.

Por outro lado, na segunda etapa relacionada à filtragem das publicações, foram feitas algumas distinções quanto ao tipo de publicação apenas para se considerar os materiais disponíveis, ou seja, analisou-se se a publicação era dissertação ou tese, relatório, dossiê, editorial, artigo científico etc. Nesta etapa, a intenção inicial era de selecionar apenas artigos científicos para a pesquisa, porém, em língua portuguesa, não havia uma quantidade suficiente, logo, não foram feitas exclusões nesta etapa, pois foi preciso considerar materiais de outros tipos.

Na fase seguinte foi feita uma revisão apenas dos títulos dos artigos, em razão da amostra ainda ter uma quantidade expressiva de materiais para análise. Nesse momento, elegeu-se os títulos que estavam mais coerentes com o tema, com o problema de pesquisa e com o objetivo do estudo. Nessa etapa ainda não foi feita uma leitura na íntegra dos materiais pela quantidade ainda alta de materiais disponíveis gratuitamente para leitura. Após a leitura dos referidos títulos, foram excluídos 1.200 materiais, restando 245 materiais para análise.

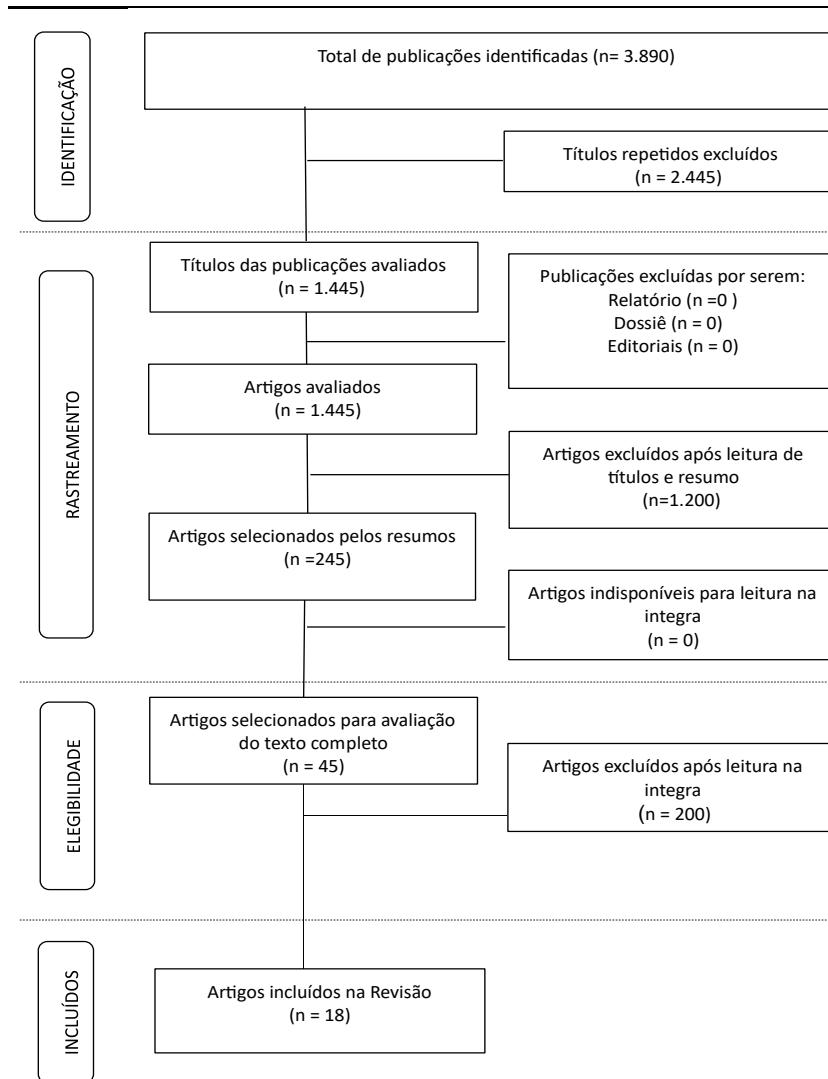
Com a redução da amostra, foram lidos, efetivamente, os resumos. Deu-se preferência por aqueles publicados nos últimos 10 anos. Durante a leitura dos resumos, averiguou-se, também qual era o método utilizado por cada um dos

materiais, cujo intuito era compreender a dimensão do estudo, a fim de afinar mais a amostra, chegando-se, assim, a 45 materiais para leitura na íntegra, o que culminou na exclusão de 200. Com a redução da amostra para um número mais viável, como todos estavam disponíveis, prosseguiu-se para a leitura na íntegra.

Na última etapa, pôde-se excluir aqueles materiais que, após a leitura na íntegra, não estavam tão coerentes com o objetivo da pesquisa. Esta fase permitiu uma melhor compreensão acerca de como os materiais da amostra estavam conectados com o problema de pesquisa e com o objetivo deste estudo. Dessa forma, após a leitura dos 45 materiais, optou-se pela exclusão de 27, uma vez que destoaram do que este trabalho propõe. Assim sendo, compõem a revisão bibliográfica 18 materiais científicos que abordam um dos 5 subtemas ligados às crises aqui estudadas.

Diante das delimitações, a Figura 1 apresenta o fluxograma PRISMA para melhor compreensão da dinâmica da metodologia da revisão sistemática:

Figura 1 – Fluxograma PRISMA com o processo de seleção dos materiais incluídos na revisão



2.2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS 18 MATERIAIS INCLUÍDOS

Para uma compreensão aprofundada acerca do que a literatura científica nacional e internacional alude sobre as duas grandes crises (de 1929 e de 2007/2008), com foco em seus pontos de convergência e divergência, os principais argumentos dos autores serão sintetizados conforme o Quadro 1. Esses argumentos partem de três linhas de raciocínio: a) causas, natureza e impacto das crises no desenvolvimento econômico e na ordem global; b) repercussões no mercado de trabalho e nas políticas de austeridade e abordagens teórico-históricas das crises; c) o papel das instituições financeiras e políticas de resgate bancário.

Barroso e Souza (2013) tiveram como intuito analisar a crise econômica global que se iniciou em 2007 e se estendeu até 2013, buscando compreender suas causas, conexões e tendências. Verificaram que a crise teve como causa principal a financeirização da economia e a especulação imobiliária nos Estados Unidos, que acabou contaminando todo o sistema financeiro mundial. Eles destacam que a natureza da crise foi sistêmica, afetando diversos setores e países em todo o mundo, e tiveram impactos profundos nas economias nacionais, especialmente em países mais vulneráveis e periféricos.

Barroso e Souza (2013) também constataram que, no que se refere às repercussões no mercado de trabalho, há que se destacar o aumento do desemprego e da precarização do trabalho como consequências da crise. No que diz respeito às políticas de austeridade, eles argumentam que a crise levou a uma maior intervenção do Estado na economia, com políticas que priorizavam a estabilização fiscal em detrimento do bem-estar social. Quanto às abordagens teórico-históricas, os autores utilizam a perspectiva marxista para compreender a lógica da crise e as contradições inerentes ao sistema capitalista.

Sabadini (2013) buscaram discutir sobre as repercussões da crise econômica na zona euro sobre o mercado de trabalho em países do centro e da periferia, bem como discutir as políticas implementadas para enfrentar a crise e seus impactos sobre a economia e o emprego. Argumenta que a natureza da crise foi diferente em cada país, mas que a causa principal foi o alto endividamento do setor privado e público, associado à globalização financeira e às políticas neoliberais. As repercussões incluíram um aumento significativo do desemprego e uma queda na qualidade dos

empregos, além de políticas de austeridade que afetaram negativamente os trabalhadores.

O autor também discute as estratégias de resistência dos movimentos sociais e sindicais contra essas políticas de austeridade. Sabadini (2013) argumenta que a natureza da crise foi diferente em cada país, mas que a causa principal foi o alto endividamento do setor privado e público, associado à globalização financeira e às políticas neoliberais. As repercussões incluíram um aumento significativo do desemprego e uma queda na qualidade dos empregos, além de políticas de austeridade que afetaram negativamente os trabalhadores. O autor também discute as estratégias de resistência dos movimentos sociais e sindicais contra essas políticas de austeridade.

Sabadini (2013) também analisa a crise financeira de 2007/2008 e suas consequências para o mercado de trabalho e para as políticas de austeridade na zona do euro. O autor argumenta que a crise gerou um aumento significativo do desemprego, sobretudo nos países periféricos, como Grécia, Espanha e Portugal. Além disso, as políticas de austeridade implementadas como resposta à crise agravaram ainda mais o problema do desemprego, gerando uma instabilidade social e econômica em toda a região. Sabadini também discute as diferentes abordagens teóricas sobre a crise, destacando a visão pós-keynesiana, que enfatiza a importância do papel do Estado na regulação financeira e na promoção do pleno emprego.

Por fim, Sabadini (2013) ressalta que a crise teve origem nas políticas neoliberais e financeirização da economia, que geraram desequilíbrios e instabilidades. Além disso, o texto destaca a aplicação de políticas de austeridade como resposta à crise, que gerou impactos negativos no mercado de trabalho, como aumento do desemprego e precarização do trabalho. Sabadini também apresenta abordagens teórico-históricas para entender a crise, como a teoria da crise estrutural do capitalismo e a perspectiva marxista de análise. Em relação às instituições financeiras e políticas de resgate bancário, o autor aponta a ineficácia dessas medidas em lidar com a crise, destacando a necessidade de mudanças estruturais no sistema econômico.

Já Segreto et al. (2013) analisaram a convergência e divergência entre o capitalismo americano e europeu, tendo em vista uma perspectiva de longo prazo. Diante disso, o artigo traz uma análise histórica da evolução do capitalismo nos EUA

e na Europa, incluindo as crises que ocorreram ao longo do tempo e como elas impactaram a dinâmica do sistema econômico. Além disso, discute-se como diferentes teorias econômicas têm sido usadas para explicar a dinâmica do capitalismo e suas crises ao longo do tempo.

A pesquisa de Ávila (2016) teve como objetivo analisar as políticas econômicas adotadas pelo Brasil frente à crise financeira de 2007-2008 e suas implicações na economia brasileira. Apresentam as principais teorias que explicam as origens da crise, como a desregulamentação financeira e a especulação imobiliária nos Estados Unidos. Além disso, o autor discute as consequências da crise para o Brasil, como a redução do comércio internacional, a queda dos preços das commodities e o aumento do desemprego. Por fim, a dissertação analisa as políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro para enfrentar a crise, incluindo a redução de juros, a ampliação do crédito e os programas de incentivo ao consumo e ao investimento.

Ávila (2016) também pontuou que o Brasil adotou medidas anticíclicas, como a redução de impostos e o aumento de gastos públicos, que contribuíram para evitar uma recessão mais profunda no país. Em relação ao papel das instituições financeiras e das políticas de resgate bancário, Ávila destaca a criação do Fundo Garantidor de Crédito e a ação do Banco Central na redução da taxa básica de juros como medidas importantes para manter a estabilidade financeira durante a crise. Entretanto, a autora também aponta a necessidade de maior regulação do sistema financeiro para evitar novas crises no futuro.

Bresciani et al. (2016), por conseguinte, buscaram compreender como as ideias de alguns intelectuais podem ajudar a explicar as causas e consequências da crise financeira global, bem como contribuir para o debate contemporâneo sobre as relações entre economia, política e sociedade. Os autores não abordam diretamente esta temática. Assim, discutem sobre as concepções de Hobsbawm sobre o capitalismo, o papel do Estado e as crises econômicas, bem como as críticas de Judt ao neoliberalismo e suas propostas para reformas econômicas e políticas. O texto busca contribuir para a reflexão sobre a relação entre teoria e história no estudo das crises econômicas.

Já para Cuadrado-Roura, Martín e Rodríguez-Pose (2016) discutiram sobre as consequências econômicas da crise na Europa em nível regional e urbano, destacando a dinâmica dos mercados de trabalho, as disparidades regionais e

urbanas e as políticas públicas implementadas. Os autores destacam o papel da globalização, da integração europeia e da crise financeira de 2008 como fatores que contribuíram para a crise. Eles apontam que a crise teve impacto heterogêneo nas diferentes regiões e cidades da Europa, com algumas áreas sendo mais afetadas do que outras. Além disso, o artigo destaca a importância de políticas públicas de recuperação econômica que levem em consideração as especificidades regionais e urbanas, visando reduzir as desigualdades e promover a retomada do crescimento.

Por outro lado, Castelli (2017) analisou a crise financeira global e como ela contribuiu para a nova ordem econômica, especialmente no contexto da ascensão da China e da contestação do dólar norte-americano como moeda dominante. Verificou que a crise financeira global teve suas causas enraizadas na desregulamentação financeira e na proliferação de instrumentos financeiros complexos. A natureza da crise, em grande parte, foi marcada por um colapso dos mercados financeiros, o que resultou em uma recessão econômica de larga escala e instabilidade global. O impacto das crises, especialmente a crise financeira de 2007/2008, foi profundo e variado, afetando o crescimento econômico, o comércio internacional e a estabilidade financeira em todo o mundo.

Castelli (2017) afirma que a crise financeira global trouxe repercussões significativas para o mercado de trabalho e políticas de austeridade. O desemprego aumentou em muitos países, à medida que a atividade econômica diminuiu e as empresas reduziram suas operações. Além disso, o emprego precário e a informalidade se tornaram mais prevalentes, exacerbando as desigualdades sociais e a pobreza. No que diz respeito às abordagens teórico-históricas, a crise financeira de 2007/2008 levou a um renovado interesse nos estudos sobre as causas e as soluções para crises financeiras.

Ademais, Castelli (2017) também argumenta que a crise financeira de 2007-2008 evidenciou a fragilidade do sistema financeiro global e expôs a necessidade de se repensar a relação entre instituições financeiras e o Estado. O autor argumenta que o resgate bancário implementado pelos governos no contexto da crise aprofundou a desigualdade social e a concentração de poder financeiro, uma vez que os bancos foram socorridos com recursos públicos enquanto a população sofreu os efeitos da recessão econômica.

Na pesquisa de Godzienski (2017), o objetivo foi comparar a recuperação das economias avançadas e emergentes após a crise financeira de 2007-2009. Destaca que as causas da crise foram diversas, mas que a desregulação financeira e a alavancagem excessiva foram elementos centrais. Ele também aborda a natureza da crise, destacando a relação entre a crise financeira e a crise econômica e como isso afetou a economia global. Em relação ao impacto, destaca que as economias emergentes foram menos afetadas pela crise, mas que a recuperação das economias avançadas foi mais rápida.

Ribeiro e Diniz (2017) analisaram a financeirização e a mercantilização como processos que têm implicações no espaço-tempo e como estes se relacionam com a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação e a teoria do duplo movimento. Abordam a crise financeira global de 2007/2008 sob a perspectiva dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. Os autores destacam a financeirização e mercantilização da economia como fatores que contribuíram para a crise, destacando a ascensão do setor financeiro e o aumento da especulação e da volatilidade dos mercados.

A crise, conforme Ribeiro e Diniz (2017), é vista como um momento de reestruturação espaço-temporal do capitalismo global, com impactos econômicos e sociais significativos, incluindo o aumento do desemprego e da desigualdade. Nesse sentido, os autores sugerem a necessidade de se repensar as políticas econômicas e sociais, de modo a priorizar a regulação do sistema financeiro e a promoção de um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Assim, frisa que as políticas neoliberais aplicadas após a crise de 2008, resultaram em uma mudança no papel do Estado e na política social de proteção ao trabalho, aumentando a flexibilização do mercado de trabalho e as políticas de austeridade. Dessa forma, tais políticas geraram uma maior desigualdade social e uma crescente precarização das condições de trabalho. Desse modo, o processo de financeirização e mercantilização da economia, que resultou em um aumento da instabilidade financeira e na crise do capitalismo contemporâneo.

Johnstone, Saridakis e Wilkinson (2019) analisaram as consequências da crise financeira global de 2008 para o mercado de trabalho e o emprego, bem como examinar as respostas políticas adotadas por governos e instituições financeiras internacionais para lidar com a crise e suas implicações para o futuro do trabalho. O

artigo destaca a complexidade da crise, suas origens financeiras, os efeitos sobre o mercado de trabalho e as políticas públicas adotadas em resposta à crise. O estudo também enfatiza a importância de se compreender as implicações da crise em termos de desigualdade, precarização do trabalho e mudanças estruturais nas relações de trabalho.

Johnstone, Saridakis e Wilkinson (2019), a partir de uma perspectiva teórica crítica, o apresentam a natureza da crise como um reflexo das contradições estruturais do sistema capitalista e as políticas de austeridade adotadas como uma resposta a ela, que tiveram impactos significativos no mercado de trabalho e na vida dos trabalhadores. Além disso, são discutidos os desafios e possibilidades para as teorias críticas do trabalho e do emprego diante desse cenário de crise e mudanças na organização da produção, destacando-se a importância das instituições financeiras na origem da crise, bem como a resposta das políticas públicas em relação ao resgate dos bancos, evidenciando a necessidade de políticas de austeridade e o impacto negativo sobre o emprego e a qualidade de vida das pessoas.

Sicsu (2019) discute sobre a crise econômica no Brasil e suas características, buscando apresentar elementos que permitam uma compreensão mais aprofundada dos seus efeitos sobre a economia e a sociedade brasileira. Apresenta uma análise da crise econômica brasileira iniciada em 2014, a qual, segundo o autor, não foi apenas uma recessão, mas uma verdadeira depressão, caracterizada por um processo prolongado de estagnação econômica, elevação do desemprego e da pobreza.

Nessa perspectiva, Sicsu (2019) aponta que as causas da crise brasileira estão relacionadas a fatores internos, como a política econômica adotada pelo governo, a crise política e a falta de investimentos, mas também a fatores externos, como a desaceleração da economia global e a queda do preço das commodities. Sicsu destaca ainda o impacto negativo da crise na distribuição de renda e no aumento da desigualdade social no país.

Chwieroth e Walter (2020) examinaram as expectativas, a financeirização e os resgates bancários em democracias, investigando como esses elementos interagem e afetam a estabilidade financeira e a governança política. Ao analisarem a financeirização e as políticas de resgate bancário em democracias, destacaram o papel crucial das instituições financeiras na estabilidade econômica e as expectativas

e políticas de resgate bancário entre os países democráticos, influenciadas por fatores políticos e econômicos.

Assim, conforme Chwioroth e Walter (2020), os resgates bancários, frequentemente adotados em crises financeiras, buscam proteger instituições financeiras e restaurar a confiança no sistema, mas também levantam preocupações sobre moral hazard e responsabilidade fiscal. Assim, a compreensão dessas dinâmicas é fundamental para desenvolver políticas eficazes e equilibradas que promovam a estabilidade financeira sem comprometer a responsabilidade e a justiça econômica.

Grespan (2020) teve como objetivo apresentar uma análise sobre a história e a historiografia das crises, abordando as diversas perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas para compreender esses fenômenos econômicos. O autor destaca a importância de uma abordagem multidisciplinar para entender os processos de crise, que vão desde fatores econômicos até questões políticas e sociais. Além disso, Grespan aponta a relevância de uma análise crítica da historiografia das crises, questionando certos mitos e interpretações que podem estar distorcendo a compreensão desses eventos.

Por outro lado, Castilho (2021) realizou um estudo sobre o impacto da crise financeira global de 2008 na posição da China e do Brasil na economia-mundo capitalista. Ressalta a importância do contexto de globalização financeira na configuração da crise, bem como a intensa competição entre Estados e empresas transnacionais. Ressalta a relevância dos desafios enfrentados pelos países emergentes diante da crise e como esses desafios afetaram o desenvolvimento econômico dessas nações. O estudo propõe, ainda, uma comparação entre a posição da China e do Brasil no cenário internacional para identificar possíveis semelhanças e diferenças nos impactos da crise sobre esses países.

Já Oleg (2021), em sua pesquisa, buscou investigar e analisar a relação entre a Guerra Fria e as origens contraculturais da globalização, explorando como os eventos históricos, as tensões políticas e as mudanças sociais durante esse período influenciaram e moldaram a dinâmica e a evolução do processo de globalização, contribuindo para o entendimento atual dos fenômenos globais e interconectados. O autor destaca a influência da Guerra Fria e da contracultura nas origens da globalização.

Conforme Oleg (2021), é um fenômeno que afeta diretamente o mercado de trabalho, políticas de austeridade e perspectivas teórico-históricas. As repercussões da globalização no mercado de trabalho incluem a deslocalização da produção, o aumento da competição e a alteração das relações trabalhistas. Além disso, a globalização e as políticas de austeridade, muitas vezes implementadas em conjunto, têm levado à erosão do Estado de bem-estar social e ao aumento das desigualdades. Essas abordagens históricas são cruciais para compreender e enfrentar os desafios socioeconômicos atuais e futuros.

Michie (2022) analisou e discutiu acerca das possíveis causas e implicações da próxima crise financeira, abordando fatores econômicos, políticos e sociais no contexto global, e propondo estratégias de prevenção e mitigação dos impactos negativos. A crise financeira prevista por Michie (2022) traz preocupações significativas para o mercado de trabalho, com potenciais repercussões negativas, como o aumento do desemprego e a precarização das condições de trabalho.

Políticas de austeridade, segundo Michie (2022), quando implementadas em resposta a crises anteriores, têm se mostrado prejudiciais, exacerbando a desigualdade social e limitando a capacidade de recuperação econômica. Portanto, é fundamental analisar abordagens teórico-históricas para compreender as origens e os desdobramentos dessas crises, a fim de buscar soluções efetivas e sustentáveis que reduzam os impactos no mercado de trabalho e promovam uma recuperação econômica inclusiva.

Já Chelwa, Hamilton e Green (2023), em seu estudo, buscaram investigar e analisar a estratificação de grupos de identidade, a economia política e os direitos econômicos inclusivos, explorando como a interação entre esses elementos afeta a distribuição de recursos, o acesso a oportunidades e a equidade social. Verificaram que as instituições financeiras e políticas de resgate bancário devem levar em conta a equidade social e a inclusão, garantindo que grupos marginalizados não sejam desproporcionalmente afetados por crises financeiras e políticas de austeridade. Além disso, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento devem considerar a interação entre identidade, economia política e direitos econômicos para promover uma abordagem mais justa e inclusiva no setor financeiro. Considerando os resultados elencados, os principais argumentos quanto às convergências e divergências entre as crises de 1929 e de 2007/2008 serão explorados nas seções 2.3, 2.4. e 2.5.

2.3. CAUSAS, NATUREZA E IMPACTO DAS CRISES DE 1929 E DE 2007/2008

Nesse momento, será feita uma comparação das origens e dos mecanismos subjacentes às crises de 1929 e 2007/2008, abordando questões como desregulamentação financeira, financeirização e a relação entre o Estado e o mercado para, na sequência, discutir-se sobre os impactos no desenvolvimento econômico e na ordem global, analisando como as crises afetaram o crescimento econômico, o comércio internacional e a distribuição de poder no sistema global, incluindo a ascensão da China e as mudanças na hegemonia do dólar norte-americano.

As crises de 1929 e 2007/2008 são marcos históricos de colapso financeiro e econômico que impactaram profundamente a economia mundial e a ordem global. Por tais motivos, torna-se relevante fazer uma comparação acerca das origens e mecanismos subjacentes dessas crises, bem como deve-se analisar seus impactos no desenvolvimento econômico e na ordem global, e abordar questões como desregulamentação financeira, financeirização e a relação entre o Estado e o mercado (CASTELLI, 2017; GRESPAN, 2020).

A crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão, foi desencadeada pelo colapso da bolsa de valores de Nova York em 1929. A especulação excessiva, a falta de regulação e a instabilidade financeira são alguns dos fatores que contribuíram para a crise (GRESPAN, 2020). Em contraste, a crise de 2007/2008 teve origem na crise hipotecária subprime nos Estados Unidos, com a exposição das instituições financeiras a ativos tóxicos e a posterior propagação da crise para outros países por meio de complexos instrumentos financeiros (BARROSO; SOUZA, 2013).

Nessa perspectiva, observa-se que a desregulamentação financeira desempenhou um papel importante em ambas as crises. Assim sendo, há que se pontuar que, no caso da crise de 1929, foi a ausência de regulação adequada que permitiu a especulação desenfreada e a formação de bolhas financeiras (GRESPAN, 2020). Já na crise de 2007/2008, a desregulamentação dos mercados financeiros, iniciada na década de 1980, possibilitou a proliferação de instrumentos financeiros complexos e arriscados, como os derivativos, que amplificaram a crise (RIBEIRO; DINIZ, 2017).

Todavia, um fato que deve ser registrado é que a financeirização, ou seja, a crescente importância do setor financeiro na economia, esteve presente nas duas

crises (BARROSO; SOUZA, 2013). Na década de 1920, por exemplo, há que se destacar que a expansão do crédito e a especulação contribuíram para a formação de bolhas financeiras (GRESPLAN, 2020). Contudo, na crise de 2007/2008, a financeirização assumiu uma forma mais complexa, com a criação de produtos financeiros sofisticados e o aumento da alavancagem financeira, levando a um maior risco sistêmico (RIBEIRO; DINIZ, 2017).

Observa-se, também, que a relação entre o Estado e o mercado também foi crucial em ambas as crises (ÁVILA, 2016). Na Grande Depressão, a intervenção tardia e inadequada do Estado agravou a crise, enquanto na crise de 2007/2008, o Estado teve que intervir para resgatar as instituições financeiras e estabilizar a economia (BARROSO; SOUZA, 2013). Por tais motivos, os argumentos têm evidenciado que os impactos das crises no desenvolvimento econômico foram profundos e duradouros (CASTILHO, 2021).

A Grande Depressão, por exemplo, causou um colapso no comércio internacional, assim como desemprego em massa e uma queda acentuada na produção industrial (GRESPLAN, 2020). Por outro lado, a crise de 2007/2008 também levou a uma desaceleração do crescimento econômico, aumento do desemprego e redução dos investimentos (SICSU, 2019).

Na ordem global, ambas as crises resultaram em mudanças significativas na distribuição do poder. A crise de 1929 contribuiu para a ascensão do fascismo e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, enquanto a crise de 2007/2008 provocou uma mudança no equilíbrio de poder em favor de economias emergentes, como a China (CASTILHO, 2021).

A crise de 2007/2008, contudo, teve um impacto diferenciado nas economias avançadas e emergentes. Enquanto as economias avançadas enfrentaram recessões e desemprego, muitas economias emergentes se recuperaram mais rapidamente, impulsionadas pelo crescimento dos países em desenvolvimento, especialmente a China (GODZIENSKI, 2017).

Por outro lado, a ascensão da China como potência econômica global foi acelerada pela crise de 2007/2008, já que o país se mostrou mais resiliente à crise em comparação com outras economias e aumentou sua participação no comércio internacional (CASTILHO, 2021). O rápido crescimento econômico da China e seu papel crescente na economia mundial também levaram à contestação do dólar norte-

americano como moeda de reserva global, com o yuan chinês ganhando importância no sistema monetário internacional (CASTELLI, 2017).

As crises também afetaram o mercado de trabalho, com o aumento do desemprego e a deterioração das condições de trabalho em muitos países. A crise de 1929 resultou em desemprego em massa e pobreza generalizada, enquanto a crise de 2007/2008 levou a um aumento do desemprego e a uma deterioração das condições de trabalho, especialmente nos países da periferia da Zona do Euro (SABADINI, 2013).

As consequências das crises para o comércio internacional foram igualmente significativas. A Grande Depressão causou um colapso no comércio internacional devido à adoção de políticas protecionistas e a imposição de barreiras comerciais (GRESBAN, 2020). A crise de 2007/2008, embora não tenha levado a um colapso tão drástico no comércio internacional, resultou em uma desaceleração do comércio e um aumento das tensões comerciais entre países (CUADRADO-ROURA; MARTIN, RODRÍGUEZ-POSE, 2016).

A resposta política às crises também variou significativamente. No caso da Grande Depressão, a resposta inicial foi caracterizada pela inação e medidas deflacionárias, agravando a crise (CUADRADO-ROURA; MARTIN, RODRÍGUEZ-POSE, 2016). No entanto, a crise de 2007/2008 levou à adoção de políticas de estímulo fiscal e monetário por parte de muitos governos, além de medidas de resgate para instituições financeiras em dificuldades (ÁVILA, 2016). Por tais motivos, essas estratégias são fundamentais.

Em suma, pode-se concluir que ambas as crises tiveram impactos profundos no desenvolvimento econômico, no comércio internacional e na ordem global, incluindo a ascensão da China e as mudanças na hegemonia do dólar norte-americano. A análise das origens e dos mecanismos subjacentes às crises de 1929 e 2007/2008 destaca a importância de abordar questões como a desregulamentação financeira, a financeirização e a relação entre o Estado e o mercado para evitar futuras crises financeiras e econômicas e promover um desenvolvimento econômico mais estável e sustentável.

2.4. REPERCUSSÕES NO MERCADO DE TRABALHO E NAS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E ABORDAGENS TEÓRICAS E HISTÓRICAS DAS CRISES

Nesse momento, aborda-se sobre as principais repercussões das crises de 1929 e de 2007/2008 no mercado de trabalho e nas políticas de austeridade, averiguando-se as consequências das crises nos mercados de trabalho, tanto no centro quanto na periferia, e analisar como as políticas de austeridade afetaram os trabalhadores e as economias nacionais, bem como discute-se sobre as abordagens teóricas e históricas das crises, explorando-se as interpretações teóricas e históricas das crises de 1929 e 2007/2008, examinando como pensadores como Hobsbawm, Judt e outros contribuíram para a compreensão das crises e suas implicações

A Grande Depressão de 1929 e a crise financeira de 2007/2008 tiveram impactos substanciais no mercado de trabalho, tanto no centro como na periferia das economias (SABADINI, 2013). Ambas as crises resultaram em desemprego em massa, diminuição dos salários e precarização do trabalho. A crise de 1929, por exemplo, levou a um aumento do desemprego nos países desenvolvidos e, eventualmente, à implementação de políticas keynesianas, visando impulsionar a demanda agregada e, assim, estimular a recuperação econômica (JOHNSTONE; SARIDAKIS; WILKINSON, 2019).

Em contraste, há que se destacar que a crise financeira de 2007/2008 trouxe consigo a imposição de políticas de austeridade, especialmente na Europa, que reduziram os gastos públicos, aumentaram a precariedade do trabalho e acentuaram as desigualdades sociais (SABADINE, 2013). Estas políticas de austeridade também afetaram negativamente o crescimento econômico e a estabilidade social de muitos países, contribuindo para o surgimento de movimentos populistas e protestos em todo o mundo (MICHIE, 2022).

A análise teórica e histórica das crises de 1929 e 2007/2008 revela abordagens distintas na compreensão desses eventos. Historiadores como Eric Hobsbawm e Tony Judt ofereceram análises detalhadas acerca das crises e suas implicações. Hobsbawm, por exemplo, enfatizou a importância do papel do Estado na regulação do mercado e na promoção do bem-estar social, enquanto Judt destacou a necessidade de repensar o papel do Estado e a relação entre o público e o privado no século XXI (BRESCIANI et al., 2016).

Ambas as crises também têm sido estudadas no contexto das transformações históricas mais amplas, como a globalização e a convergência e divergência entre os

capitalismos americano e europeu (SEGRETO et al., 2013). A crise de 1929, por exemplo, foi interpretada como resultado de um processo de globalização econômica que começou no século XIX e culminou na crise financeira global (OLEG, 2021). Por outro lado, a crise financeira de 2007/2008 tem sido vista como resultado da financeirização e desregulamentação financeira que caracterizaram o capitalismo neoliberal nas últimas décadas (MICHIE, 2022).

Dessa forma, a compreensão das crises de 1929 e 2007/2008 e de suas consequências no mercado de trabalho e nas políticas de austeridade também requer o exame das abordagens teóricas e históricas relacionadas aos processos políticos, econômicos e sociais mais amplos (OLEG, 2021) que moldam o desenvolvimento econômico e social. Diversos fatores, como a desregulamentação financeira, a financeirização e a relação entre Estado e mercado, desempenharam papéis cruciais nas origens e nos mecanismos subjacentes a ambas as crises (MICHIE, 2022).

No caso da crise de 1929, a falta de regulação adequada e a especulação financeira levaram a uma bolha no mercado de ações, que acabou por estourar e provocar um colapso econômico generalizado (BRESCIANI et al., 2016). Por outro lado, a crise financeira de 2007/2008 resultou, em grande parte, da financeirização e da desregulamentação financeira que caracterizaram as décadas anteriores, permitindo a criação de produtos financeiros complexos e arriscados que, em última instância, desencadearam a crise (JOHNSTONE; SARIDAKIS; WILKINSON, 2019).

Além disso, o papel do Estado e a relação entre o público e o privado desempenharam um papel central nas respostas políticas e econômicas a ambas as crises. Durante a Grande Depressão, as políticas keynesianas de gastos públicos e investimentos em infraestrutura foram implementadas para impulsionar a demanda agregada e estimular a recuperação econômica (JOHNSTONE; SARIDAKIS; WILKINSON, 2019). Em contraste, a resposta à crise financeira de 2007/2008 envolveu a adoção de políticas de austeridade, que reduziram os gastos públicos e restringiram os investimentos em programas sociais e infraestrutura, agravando ainda mais a situação econômica e social em muitos países (SABADINI, 2013).

As consequências das crises de 1929 e 2007/2008 no mercado de trabalho e nas políticas de austeridade também refletem mudanças na natureza do trabalho e na organização das economias nacionais. A crescente precarização do trabalho, a flexibilização das relações trabalhistas e a diminuição da proteção social têm sido

características comuns nas respostas políticas e econômicas às crises, contribuindo para o aumento das desigualdades e a instabilidade social, demandando, portanto, soluções urgentes.

2.5. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS DE RESGATE BANCÁRIO

Nesse último capítulo da revisão sistemática aborda-se sobre o papel das instituições financeiras e das políticas de resgate bancário no contexto das duas crises. O objetivo é o de examinar o papel das instituições financeiras e das políticas de resgate bancário adotadas durante as crises, analisando as implicações para a governança econômica e a estabilidade financeira, bem como a distribuição de recursos entre diferentes grupos sociais.

Por meio das evidências, observar-se que as crises financeiras de 1929 e 2007/2008 destacaram o papel das instituições financeiras e das políticas de resgate bancário no contexto econômico global (SABADINI, 2013). Durante essas crises, a governança econômica e a estabilidade financeira foram seriamente afetadas, levando a uma redistribuição de recursos entre diferentes grupos sociais (CHELWA et al., 2023).

A crise de 2007/2008, por exemplo, revelou a financeirização crescente da economia global e a necessidade de políticas de resgate bancário para preservar a estabilidade do sistema financeiro (CHWIEROTH; WALTER, 2020). As instituições financeiras desempenharam um papel central na propagação da crise, à medida que as práticas de empréstimo imprudentes e a falta de regulamentação levaram à formação de bolhas de ativos e ao colapso subsequente do mercado (CASTELLI, 2017).

As políticas de resgate bancário adotadas durante a crise de 2007/2008 buscaram estabilizar o sistema financeiro e evitar uma catástrofe econômica ainda maior (JOHNSTONE et al., 2019). No entanto, essas políticas foram objeto de intenso debate, com críticos argumentando que os resgates favoreceram os interesses das instituições financeiras em detrimento do bem-estar social e da equidade (ÁVILA, 2016). Além disso, a adoção de políticas de austeridade em muitos países após a crise gerou preocupações sobre o impacto negativo no emprego e nas condições de vida dos trabalhadores (SABADINI, 2013).

Na crise de 1929, as instituições financeiras também desempenharam um papel importante na propagação da crise, que começou com o colapso do mercado de ações dos Estados Unidos e se transformou em uma depressão econômica global (CHELWA; HAMILTON; GREEN, 2023). Assim como em 2007/2008, as políticas de resgate bancário e a regulação do setor financeiro foram cruciais para a recuperação da economia global e para a prevenção de crises futuras (CHWIEROTH; WALTER, 2020).

A experiência das crises de 1929 e 2007/2008 oferece lições valiosas para o futuro, destacando a necessidade de uma supervisão efetiva das instituições financeiras e de políticas econômicas que priorizem o bem-estar social e a distribuição equitativa de recursos entre diferentes grupos sociais. Ao aprender com o passado, é possível criar um ambiente econômico mais resiliente e inclusivo, capaz de enfrentar os desafios das crises financeiras e garantir um futuro mais estável e próspero para todos.

CAPÍTULO 3 - PRINCIPAIS ASPECTOS SEMELHANTES ENTRE AS CRISES DE 1929 E DE 2007/2008

Ao analisar as crises financeiras de 1929 e 2007/2008, é possível identificar várias semelhanças em termos de causas, desenvolvimento e consequências. Estudar esses aspectos comuns fornece informações significativas sobre como prevenir e gerenciar futuras crises. Assim, em primeiro lugar, há que se pontuar que ambas as crises foram precedidas por um período de expansão econômica, durante o qual as políticas monetárias permissivas e a especulação financeira contribuíram para a formação de bolhas de ativos (CUADRADO-ROURA; MARTIN, RODRÍGUEZ-POSE, 2016).

Na década de 1920, a chamada "Era do Jazz" foi marcada por uma bolha no mercado de ações dos Estados Unidos, alimentada por uma combinação de crédito fácil e investimento excessivo (JOHNSTONE; SARIDAKIS; WILKINSON, 2019). Da mesma forma, a crise de 2007/2008 foi desencadeada pela bolha do mercado imobiliário, impulsionada por práticas de empréstimo irresponsáveis e instrumentos financeiros complexos (GRESPLAN, 2020). Ademais, outra semelhança importante é a presença de falhas regulatórias e supervisão inadequada dos mercados financeiros em ambos os casos.

Antes da Grande Depressão, a ausência de regulação eficaz permitiu que práticas de investimento arriscadas, como a compra de ações na margem, se tornassem comuns (BARROSO; SOUZA, 2013). No período que antecedeu a crise de 2007/2008, a desregulamentação e a fé no funcionamento eficiente dos mercados levaram a uma supervisão insuficiente das instituições financeiras e dos produtos financeiros derivativos (RIBEIRO; DINIZ, 2017).

Além disso, tanto a crise de 1929 quanto a de 2007/2008 foram caracterizadas por um congelamento do crédito e uma retração do sistema financeiro, o que levou a uma crise de liquidez e a falências em cascata (SICSU, 2019). Na Grande Depressão, a quebra da bolsa de valores de 1929 desencadeou uma série de corridas aos bancos e falências, enquanto a falência do Lehman Brothers em 2008 marcou o início de um período de pânico financeiro e retração do crédito em escala global (CASTILHO, 2021).

As crises também compartilham semelhanças em termos de resposta política. Ambos os eventos levaram a intervenções governamentais significativas, seja na

forma do New Deal, implementado por Franklin D. Roosevelt durante a Grande Depressão, ou dos pacotes de resgate e estímulo adotados pelos governos em resposta à crise de 2007/2008 (ÁVILA, 2016). Essas medidas buscavam estabilizar o sistema financeiro, aliviar os efeitos negativos da crise e restaurar a confiança dos investidores e consumidores (GODZIENSKI, 2017).

Outro aspecto comum é o impacto social e econômico dessas crises. Em ambos os casos, o desemprego aumentou acentuadamente, a desigualdade de renda se agravou e a pobreza se tornou mais prevalente (BARROSO; SOUZA, 2013). Além disso, a instabilidade econômica gerada pelas crises contribuiu para tensões políticas e sociais, resultando em mudanças significativas no cenário político de muitos países. Assim, é importante destacar que ambas as crises levaram a uma reavaliação das teorias e políticas econômicas dominantes (SEGRETO et al., 2013).

Dessa forma, pode-se concluir que a Grande Depressão desafiou ou a crença no laissez-faire e ajudou a estabelecer o keynesianismo como o paradigma econômico dominante, enquanto a crise de 2007/2008 levou a uma reavaliação das teorias de mercado eficiente e a um maior interesse na regulação e supervisão financeira. Ambas as crises, portanto, representam momentos de mudança profunda no pensamento econômico e na prática política, fornecendo lições importantes sobre como enfrentar desafios e incertezas futuras.

3.1. FORMAS DE COMO COMBATER MOMENTOS DE INSTABILIDADE ECONÔMICA TOMANDO COMO EXEMPLO AS CRISES DE 1929 E 2007/2008

Enfrentar a instabilidade econômica é um dos maiores desafios para governos e indivíduos, com desdobramentos marcantes na qualidade de vida e no desenvolvimento dos países. Dessa forma, aprender com crises econômicas anteriores, como a Grande Depressão de 1929 e a crise financeira global de 2007/2008, pode fornecer subsídios satisfatórios para a mitigação de situações similares no presente e no futuro. A Grande Depressão, que devastou a economia mundial na década de 1929, foi precedida por uma bolha especulativa que culminou no famoso "crash" da bolsa de 1929.

A resposta à crise à época foi lenta e inicialmente inadequada, deixando milhões sem trabalho e fomentando a pobreza e o desespero (CHELWA; HAMILTOM; GREEN, 2023). Contudo, os esforços do governo dos Estados Unidos, liderado por Franklin D. Roosevelt, através do "New Deal", mostraram como a intervenção estatal

pode ser vital para o reaquecimento da economia (CARVALHO; COSTA; FERREIRA, 2019). Este programa incluiu a criação de empregos através de obras públicas, a regulação financeira para proteger os consumidores e a implementação de sistemas de seguridade social (GODZIENSKI, 2017).

Tais medidas contribuíram para uma recuperação gradual e o estabelecimento de uma economia mais resiliente. A crise financeira global de 2007/2008, por sua vez, originou-se de práticas financeiras imprudentes, incluindo a concessão de empréstimos subprime e a falta de regulação adequada (BRESCIANI et al., 2016). A crise levou a uma recessão mundial, com desemprego em massa e a falência de bancos proeminentes. A resposta a essa crise incluiu uma série de resgates financeiros para as instituições, a implementação de políticas de austeridade e uma reformulação das regulamentações financeiras (SABADINI, 2013).

Analisando esses eventos históricos, é possível extrair algumas lições para combater a instabilidade econômica no contexto atual. A primeira dessas lições é a importância da regulamentação financeira. As crises de 1929 e 2007/2008 demonstraram que a falta de controle regulatório adequado pode levar a práticas financeiras perigosas que resultam em crises devastadoras (GRESPLAN, 2020). Logo, governos devem se esforçar para implementar e manter regulamentações rigorosas para proteger os consumidores e a estabilidade econômica (CUADRADO-ROURA; MARTIN; RODRÍGUEZ-POSE, 2016).

Além disso, as respostas às crises anteriores mostraram que a intervenção governamental pode ser crucial para a recuperação econômica (JOHNSTONE; SARIDAKIS; WILKINSON, 2019). Isso pode incluir a injeção de capital na economia, a implementação de programas de emprego e a oferta de auxílio aos mais vulneráveis. A segunda lição é a necessidade de medidas preventivas robustas (ÁVILA, 2016). Dessa forma, demanda-se a monitorização constante da economia para identificar e responder prontamente a sinais de instabilidade (SEGRETO et al., 2013). A prevenção também pode incluir a implementação de políticas econômicas sustentáveis e o desencorajamento de práticas financeiras arriscadas (SICSU, 2019).

Ademais a cooperação internacional é essencial para combater a instabilidade econômica. Como foi evidenciado ao longo deste estudo, as crises econômicas não respeitam fronteiras e, muitas vezes, têm impactos globais. Assim, os esforços para prevenir e responder a crises econômicas devem envolver colaboração internacional

(OLEG, 2021). Destarte, deve-se focar na coordenação de políticas econômicas, compartilhamento de informações e auxílio a países em dificuldades (CHWIEROTH; WALTER, 2020).

Outro aspecto essencial é a resiliência econômica, que se refere à capacidade de um sistema econômico de resistir ou se recuperar de choques. Nessa perspectiva, o desenvolvimento de uma economia resiliente envolve a diversificação de indústrias e fontes de renda, a promoção de práticas financeiras responsáveis e a manutenção de reservas financeiras para agir em momentos de crise (RIBEIRO; DINIZ, 2017).

Ao mesmo tempo, é fundamental que os governos trabalhem para minimizar as consequências sociais da instabilidade econômica. Isso pode ser alcançado por meio da garantia de segurança de renda para os mais vulneráveis, a implementação de programas de treinamento e recolocação profissional para aqueles afetados pelo desemprego e a oferta de apoio às empresas afetadas (CASTILHO, 2021). Para além do âmbito governamental, a sociedade civil e o setor privado também têm um papel importante a desempenhar.

A sociedade civil pode pressionar por políticas econômicas justas e responsáveis, enquanto o setor privado pode contribuir para a estabilidade econômica através de práticas empresariais sustentáveis e responsáveis (GODZIENSKI, 2017). Além dessas estratégias, também tem-se observado que a educação financeira é outra ferramenta essencial para combater a instabilidade econômica. Ao fornecer aos indivíduos o conhecimento necessário para tomar decisões financeiras informadas, os governos podem promover uma cultura de responsabilidade financeira que contribui para a estabilidade econômica (MICHIE, 2022).

Nesse contexto, observa-se que os desafios da instabilidade econômica são complexos e multifacetados, exigindo uma abordagem integrada que leve em conta as lições aprendidas com crises passadas (CASTELLI, 2017). Assim, embora seja impossível prever ou prevenir todas as crises econômicas, a aplicação de políticas responsáveis e preventivas, aliada à cooperação internacional e ao envolvimento de todos os setores da sociedade, pode nos preparar melhor para enfrentar a instabilidade econômica e minimizar seus impactos negativos (BARROSO; SOUZA, 2013).

Para lidar efetivamente com a instabilidade econômica, deve-se considerar a importância do investimento em inovação e tecnologia. Em um mundo cada vez mais

digitalizado, a economia do futuro será pautada pela inovação e pelas novas tecnologias (MICHIE, 2022). Portanto, os países que investem em pesquisa e desenvolvimento e incentivam a inovação estarão mais preparados para enfrentar a instabilidade econômica (GRESPLAN, 2020). Com a evolução da tecnologia, surgem novas oportunidades de negócios e empregos.

Empresas que adotam a digitalização e a inovação tendem a ser mais resilientes em tempos de crise, enquanto trabalhadores que possuem habilidades digitais e tecnológicas têm maior probabilidade de manterem-se empregados (SICSU, 2019). Incentivar a aprendizagem ao longo da vida e o treinamento em habilidades digitais é, portanto, uma estratégia eficaz para a prevenção do desemprego em tempos de instabilidade econômica. Outra medida importante é a promoção de políticas fiscais prudentes (OLEG, 2021).

Durante os períodos de crescimento econômico, os governos devem buscar a redução do déficit público e a acumulação de reservas fiscais. Isso proporciona um colchão financeiro que pode ser usado para estimular a economia durante os tempos de crise, sem a necessidade de contrair dívidas exorbitantes (ÁVILA, 2016). A adoção de políticas de comércio aberto também pode contribuir para a estabilidade econômica. Assim, o comércio internacional permite que os países se beneficiem das vantagens comparativas, diversifiquem suas economias e ampliem suas oportunidades de mercado (CASTILHO, 2021).

No entanto, é importante que as políticas de comércio sejam acompanhadas de medidas de proteção para setores e trabalhadores vulneráveis, para evitar a desigualdade econômica (CUADRADO-ROURA; MARTIN; RODRÍGUEZ-POSE, 2016). Ademais, a transparência e a boa governança são fundamentais para a estabilidade econômica. A corrupção e a má administração podem levar à instabilidade econômica ao distorcer a alocação de recursos e minar a confiança nas instituições. Portanto, é crucial promover a transparência, a responsabilidade e a integridade no setor público (RIBEIRO; DINIZ, 2017).

Os sistemas de proteção social bem desenvolvidos são uma importante linha de defesa contra a instabilidade econômica. Eles ajudam a proteger os mais vulneráveis dos efeitos das crises econômicas e a manter o consumo durante os tempos de recessão (CHWIEROTH; WALTER, 2020). Nessa perspectiva, os sistemas de proteção social devem ser bem projetados, com foco na eficiência e na equidade,

e devem ser sustentáveis do ponto de vista fiscal. Nesse contexto, mas não menos importante, é essencial construir uma cultura de sustentabilidade econômica (ÁVILA, 2016).

Isso significa promover práticas econômicas que não apenas gerem crescimento no curto prazo, mas também preservem os recursos para as gerações futuras (CHELWA; HAMILTON; GREEN, 2023). A sustentabilidade econômica está intrinsecamente ligada à sustentabilidade ambiental, portanto, a transição para uma economia verde é uma importante estratégia de longo prazo para a estabilidade econômica (SABADINI, 2013). Enfrentar a instabilidade econômica exige uma abordagem abrangente e de longo prazo.

Ao aplicar as lições do passado e adotar novas estratégias ajustadas ao contexto atual, é possível criar um ambiente mais resiliente e preparado para enfrentar as oscilações econômicas (MICHIE, 2022). Para tanto, investir em educação de qualidade, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, é crucial para desenvolver uma força de trabalho adaptável e preparada para os empregos do futuro (CASTILHO, 2021). A democratização do acesso à tecnologia é outra medida importante.

Ao garantir que todas as pessoas tenham acesso à internet e à tecnologia digital, os governos podem ajudar a nivelar o campo de jogo e oferecer oportunidades iguais para todos, independentemente de sua localização ou situação econômica (CASTELLI, 2017). Por outro lado, a diversificação econômica também é uma estratégia importante para a estabilidade. Isso envolve a expansão de vários setores da economia, para que o país não seja excessivamente dependente de um único setor ou recurso (OLEG, 2021).

Ao diversificar, os países podem proteger-se contra os choques específicos do setor e garantir uma distribuição mais equitativa da riqueza. A promoção de práticas empresariais éticas e responsáveis é outra medida crucial (SICSU, 2019). Isso pode envolver a implementação de regulamentos que incentivem as empresas a adotar práticas sustentáveis e éticas, e a promoção de uma cultura de responsabilidade corporativa (GRESPLAN, 2020). Ademais, a promoção da igualdade de gênero na economia pode contribuir para a estabilidade econômica.

A inclusão econômica das mulheres não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia eficaz para o crescimento econômico

(JOHNSTONE; SARIDAKIS; WILKINSON, 2019). As mulheres representam uma grande parte do potencial humano não utilizado, e a sua inclusão na força de trabalho pode impulsionar a produtividade e o crescimento (GODZIENSKI, 2017). Assim, a gestão prudente dos recursos naturais é outro elemento-chave para a estabilidade econômica. Os recursos naturais são muitas vezes a base da economia de um país, e a sua exploração irresponsável pode levar à instabilidade econômica (SEGRETO et al., 2013).

Por tais motivos, é essencial adotar práticas sustentáveis de gestão de recursos naturais para garantir a estabilidade econômica a longo prazo. Por fim, a promoção de uma cultura de poupança e investimento pode ajudar a construir uma economia mais resiliente (CHELWA; HAMILTON; GREEN, 2023). A poupança permite aos indivíduos e às nações acumular riqueza para o futuro, enquanto o investimento ajuda a impulsionar o crescimento econômico e a criação de empregos (BRESCIANI et al., 2016).

Estas são apenas algumas das muitas estratégias que podem ser usadas para combater a instabilidade econômica no contexto atual. Embora não exista uma solução única para todos os desafios econômicos, a aplicação cuidadosa e considerada dessas estratégias, adaptadas às circunstâncias específicas de cada país, pode ajudar a construir uma economia mais estável, resiliente e justa.

3.2. AS CONSEQUÊNCIAS DAS DUAS GRANDES CRISES CAPITALISTAS EM SEUS RESPECTIVOS PERÍODOS (1929 E 2007/2008)

A Crise de 1929, conhecida como a Grande Depressão, e a crise financeira de 2007/2008, apelidada de Grande Recessão, foram dois momentos históricos que abalaram profundamente o sistema capitalista, cada um deixando marcas profundas e duradouras que até hoje ressoam na economia global (GODZIENSKI, 2017). A Grande Depressão, iniciada com a quebra da bolsa de valores de Nova York, gerou uma espiral descendente de falências de empresas, desemprego e deflação. Afetou quase todas as nações, causando uma contração econômica sem precedentes e levando a alterações substanciais na maneira como os governos gerenciam a economia (SABADINI, 2013).

Durante este período, os governos adotaram o keynesianismo, uma teoria econômica que defende a intervenção estatal para estabilizar a economia durante as crises (CASTILHO, 2021). Essa abordagem resultou na criação de programas de

estímulo econômico e no estabelecimento de sistemas de previdência social, medidas que continuam sendo componentes essenciais da política econômica até hoje (CHELWA; HAMILTON; GREEN, 2023). Já a crise de 2007/2008, originada pelo colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos, espalhou-se pelo mundo devido à globalização financeira.

Essa crise expôs as falhas inerentes aos sistemas de regulação financeira e às práticas bancárias da época, levando a uma reforma significativa do setor financeiro (ÁVILA, 2016). Foi estabelecida uma maior supervisão dos bancos e outras instituições financeiras, com o objetivo de evitar a assunção excessiva de riscos e garantir a estabilidade do sistema financeiro (GODZIENSKI, 2017). Apesar dessas reformas, muitas das consequências dessas crises persistem. A desigualdade econômica, por exemplo, se acentuou após ambas as crises (JOHNSTONE; SARIDAKIS; WILKINSON, 2019).

A Grande Depressão viu uma ampla faixa da população cair na pobreza, enquanto a riqueza se concentrava no topo. Da mesma forma, a Grande Recessão levou a um aumento na concentração de riqueza, já que a recuperação econômica beneficiou desproporcionalmente os mais ricos (CHWIEROTH; WALTER, 2020). Essa crescente desigualdade econômica é um desafio persistente no sistema capitalista atual. Outra consequência duradoura é a perda de confiança nas instituições financeiras e no sistema capitalista como um todo (SEGRETO et al., 2013).

Ambas as crises abalaram a fé pública na capacidade dos mercados de se autorregular e na competência dos governos de supervisionar esses mercados. Isso levou a um aumento do ceticismo em relação ao capitalismo e à globalização, sentimentos que ainda estão presentes em muitas partes do mundo (RIBEIRO; DINIZ, 2017). Além disso, ambas as crises deixaram cicatrizes duradouras no mercado de trabalho. A Grande Depressão resultou em taxas de desemprego extremamente altas, que demoraram anos para diminuir (BRESCIANI et al., 2016).

Da mesma forma, a Grande Recessão levou a um aumento no desemprego e na subutilização da força de trabalho, problemas que ainda não foram totalmente resolvidos (SICSU, 2019). Nesse sentido, as duas crises também tiveram impactos políticos duradouros (OLEG, 2021). A Grande Depressão contribuiu para a ascensão de regimes autoritários e totalitários em várias partes do mundo, enquanto a crise de 2007/2008 alimentou um sentimento de descontentamento que ajudou a impulsionar

o surgimento de movimentos populistas em várias democracias ocidentais (CUADRADO-ROURA; MARTIN; RODRÍGUEZ-POSE, 2016).

As duas crises globais, portanto, tiveram impactos significativos não apenas na economia, mas também no tecido político e social de muitas nações (GRESPLAN, 2020). Além disso, é importante reconhecer que as respostas a essas crises também moldaram o mundo de hoje. A adoção de políticas keynesianas em resposta à Grande Depressão estabeleceu um precedente para o uso de políticas fiscais e monetárias para estabilizar a economia, um princípio que ainda é amplamente aceito (CASTELLI, 2017).

Da mesma forma, a resposta à crise de 2007/2008 levou a uma reavaliação das práticas de supervisão e regulação financeira, resultando em mudanças significativas na maneira como os mercados financeiros são regulados (MICHIE, 2022). No entanto, mesmo com essas mudanças, muitos dos problemas subjacentes que contribuíram para essas crises permanecem. A desigualdade econômica, a instabilidade financeira e a perda de confiança nas instituições econômicas são desafios contínuos que ainda precisam ser abordados (BARROSO; SOUZA, 2013).

Nessa perspectiva, é importante lembrar que, embora essas crises tenham causado muita dor e sofrimento, elas também ofereceram oportunidades para a aprendizagem e a reforma (JOHNSTONE; SARIDAKIS; WILKINSON, 2019). As lições tiradas da Grande Depressão e da Grande Recessão podem nos ajudar a evitar erros semelhantes no futuro e a construir um sistema econômico mais estável, justo e resiliente (CHWIEROTH; WALTER, 2020). Por tais motivos, compreende-se que as crises de 1929 e 2007/2008 tiveram consequências de longo alcance que ainda estão sendo sentidas (MICHIE, 2022).

Desse modo, ao compreender essas consequências, os cidadãos podem estar melhor equipados para lidar com crises futuras e trabalhar para criar um sistema econômico que beneficie a todos (OLEG, 2021). Também há que se fazer mais alguns comentários adicionais. Considerando as marcas deixadas pelas crises de 1929 e 2007/2008, uma de importância substancial é o impacto sobre a política monetária global (BARROSO; SOUZA, 2013). Durante a Grande Depressão, muitos países abandonaram o padrão-ouro, um sistema que ligava o valor da moeda à quantidade de ouro que um país possuía (ÁVILA, 2016).

Isso permitiu que os governos tivessem mais flexibilidade para lidar com a crise, utilizando políticas monetárias para estimular a economia. Esta tendência de afastamento do padrão-ouro foi um divisor de águas na história da política monetária internacional (MICHIE, 2022). Já a crise de 2007/2008 levou à adoção de políticas monetárias não convencionais, como a flexibilização quantitativa. Os bancos centrais de vários países, começando pelos Estados Unidos, começaram a comprar grandes quantidades de títulos do governo e outros ativos financeiros para injetar dinheiro na economia e estimular o empréstimo e o investimento (OLEG, 2021).

Esta abordagem marcou uma ruptura com as práticas anteriores e representou uma expansão significativa do papel dos bancos centrais na economia (SICSU, 2019). Outro impacto dessas crises foi no desenvolvimento e no crescimento dos países emergentes. A Grande Depressão levou a uma queda no comércio mundial e a um aumento do protecionismo, o que dificultou a capacidade desses países de se industrializar e desenvolver suas economias (GODZIENSKI, 2017). Da mesma forma, a crise de 2007/2008 afetou os fluxos de capital para os países em desenvolvimento e levou a uma desaceleração do crescimento em muitos desses países (CASTILHO, 2021).

Além disso, as crises também tiveram um impacto sobre as relações internacionais e a ordem econômica global. A Grande Depressão contribuiu para o aumento das tensões que levaram à Segunda Guerra Mundial (BRESCIANI et al., 2016). A crise de 2007/2008, por sua vez, levou a questionamentos sobre a predominância do modelo econômico ocidental e estimulou discussões sobre a necessidade de uma maior representação dos países emergentes nas instituições financeiras internacionais (SEGRETO et al., 2013).

Mediante a esses dados, pode-se concluir que as crises de 1929 e 2007/2008 não apenas alteraram a estrutura econômica interna dos países, mas também tiveram impactos profundos sobre a política monetária, o desenvolvimento econômico e as relações internacionais. Estas são algumas das muitas consequências dessas crises que ainda se fazem presentes hoje e carecem de soluções efetivas ainda não desenvolvidas ou ainda insuficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurou-se discutir os efeitos das crises capitalistas de longa duração a partir de uma perspectiva histórica, permitindo um entendimento mais completo das complexidades envolvidas no tema. Ao comparar as crises de 1929 e de 2007/2008, buscou-se compreender as semelhanças e diferenças entre esses dois eventos cruciais que marcaram a história econômica global e moldaram o pensamento e a política econômica no século XX e início do século XXI.

Nesse sentido, analisou-se as características das crises capitalistas sob a ótica de Marx e Keynes, destacando como suas teorias contribuíram para a compreensão dos mecanismos subjacentes a esses eventos. Ao estudar as especificidades da crise de 1929 e da crise de 2007/2008, foi possível identificar os principais fatores que levaram ao colapso econômico em cada caso e as políticas adotadas para enfrentar as dificuldades enfrentadas.

Tendo em vista a revisão sistemática realizada no capítulo dois, focou-se nos aspectos semelhantes entre as duas crises, abordando principalmente o papel das instituições financeiras e das políticas de resgate bancário adotadas durante os períodos de crise. Nessa comparação, percebeu-se como ambas as crises foram marcadas por uma série de fatores comuns, como o endividamento excessivo, a especulação financeira e a falta de regulação adequada.

Mesmo diante dos achados deste estudo, é importante reconhecer que esta pesquisa enfrentou algumas limitações. Uma das principais limitações é a natureza abrangente do tema, que envolve uma ampla gama de fatores econômicos, políticos e sociais. Embora o estudo tenha tentado abordar todos os aspectos mais relevantes concernentes às duas grandes crises capitalistas de longa duração, não há como abordar todas as nuances e detalhes desses eventos complexos em um único trabalho.

Assim, uma possível indicação para estudos futuros seria aprofundar a análise dos efeitos distributivos das crises capitalistas de longa duração, investigando como a desigualdade de renda e riqueza se altera durante esses períodos e quais políticas podem ser adotadas para reduzir as disparidades socioeconômicas. Outra área de pesquisa promissora poderia ser o estudo dos impactos das crises econômicas em diferentes setores da economia e como as políticas de recuperação afetam cada setor de maneira específica.

Além disso, considerando o atual contexto de crescentes preocupações ambientais e a necessidade de transição para uma economia mais sustentável, seria interessante analisar como as crises capitalistas de longa duração podem ser enfrentadas a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, os futuros estudos poderiam explorar como a transformação do sistema econômico e a adoção de políticas orientadas para a sustentabilidade poderiam contribuir para a prevenção e mitigação das crises capitalistas, garantindo ao mesmo tempo a preservação do meio ambiente e a promoção do bem-estar social.

Por fim, pode-se concluir que a análise comparativa das crises de 1929 e 2007/2008 oferece uma oportunidade única para aprender com o passado e melhorar a capacidade de enfrentar desafios econômicos no futuro. Assim, a compreensão das causas e consequências dessas crises é fundamental para a elaboração de políticas públicas eficientes e a construção de um sistema econômico mais resiliente e inclusivo. Ao considerar os erros e acertos dos períodos de crise, podemos buscar soluções que promovam o crescimento econômico sustentável e reduzam os riscos de instabilidade financeira.

Neste contexto, é de suma importância que os tomadores de decisão, acadêmicos e outros atores relevantes continuem a investigar e debater as dinâmicas das crises capitalistas de longa duração, buscando constantemente novas abordagens e soluções para lidar com os desafios econômicos globais. Por tais motivos, a troca de ideias e a cooperação internacional são fundamentais nesse processo, pois permitem o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre diferentes países e contextos econômicos.

Em resumo, este estudo proporcionou uma análise detalhada das crises capitalistas de longa duração, enfocando a comparação entre os anos 30 e 2007/2008. Apesar das limitações mencionadas, acreditamos que a pesquisa contribuiu para um maior entendimento das complexidades envolvidas nesses eventos e forneceu insights valiosos para futuras investigações e políticas econômicas. Dessa maneira, espera-se que este trabalho inspire novos estudos e debates sobre o tema, levando a avanços significativos na compreensão e enfrentamento das crises capitalistas no futuro.

REFERÊNCIAS

- ÁVILA, C. de. **A economia brasileira frente à crise de 2007-2008**: uma análise das políticas econômicas adotadas. 2016. 80f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.
- BARROSO, A. S.; SOUZA, R. **A grande crise capitalista 2007-2013**: gênese, conexões e tendências. São Paulo, SP: Editora Anita Garibaldi, 2013.
- BRESCIANI, M. et al. Two Historians in Front of the Economic Crisis of 2007–2008: Hobsbawm and Judt between Marxism and the Legacies of 20th Century. **Filozofija i Društvo**, v. 27, n. 1, p. 158-170, 2016.
- CASTELLI, J. R. A crise financeira global e a nova ordem econômica: a ascensão Chinesa e a contestação do dólar Norte-Americano. **Revista do CEPE**, n. 46, p. 4-21, 2017.
- CASTILHO, G. B. de. **Um estudo comparado do impacto da crise de 2008 na posição da China e do Brasil na economia-mundo capitalista**. 2021. 132f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2021.
- CHELWA, G.; HAMILTON, D.; GREEN, A. Identity group stratification, political economy & inclusive economic rights. **Dædalus**, v. 152, n. 1, p. 154-167, 2023.
- CHWIEROTH, J. M.; WALTER, A. Great expectations, financialization, and bank bailouts in democracies. **Comparative Political Studies**, v. 53, n. 8, p. 1259-1297, 2020.
- CUADRADO-ROURA, J. R.; MARTIN, R.; RODRÍGUEZ-POSE, A. The economic crisis in Europe: urban and regional consequences. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 9, n. 1, p. 3-11, 2016.
- GODZIENSKI, A. L. **Crise financeira de 2007-09**: uma comparação entre a recuperação de economias avançadas e emergentes. 2017. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.
- GRESPLAN, J. L. da. S. História e historiografia das crises. **Revista de História (São Paulo)**, n. 179, p. 1-27, 2020.
- JOHNSTONE, S.; SARIDAKIS, G.; WILKINSON, A. The global financial crisis, work and employment: Ten years on. **Economic and Industrial Democracy**, v. 40, n. 3, p. 455-468, 2019.
- MICHIE, J. The coming financial crisis. **International Review of Applied Economics**, v. 36, n. 3, p. 291-301, 2022.

OLEG, P. The Cold War and Countercultural Origins of Globalization. **Journal of Globalization Studies**, v. 12, n. 2, p. 103-118, 2021.

RIBEIRO, L. C. de. Q.; DINIZ, N. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Cadernos Metrópole**, v. 19, n. 39, p. 351-377, 2017.

SABADINI, M. de. S. Crise e Mercado de Trabalho: repercussões no centro e na periferia da Zona Euro-Crisis. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 12, n. 2, p. 249-264, 2013.

SEGRETO, L. et al. Convergence and divergence between American and European capitalisms. A long term perspective. *Przedsiębiorstwo we Współczesnej Gospodarce–Teoria i Praktyka*, v. 8, n. 4, p. 19-34, 2013.

SICSU, J. Brasil: é uma depressão, não foi apenas uma recessão. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 23, n. 1, p. 1-41, 2019.